
**Ata da Assembleia Geral Ordinária da
Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas**

---- No dia vinte e dois de Novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, reuniu no Observatório da Paisagem da Charneca, Casal do Gavião, 2140-224 Gaviãozinho, e com ligação através da plataforma ZOOM para a possibilidade de participação por videoconferência enviada a todos os Associados, a Assembleia Geral Ordinária da associação de direito privado denominada “**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS**”, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e pessoa colectiva 501 821 457, com sede na Tapada da Ajuda, 33, em Lisboa. -----

---- Não estando reunido o quórum necessário para que a Assembleia pudesse deliberar em primeira convocatória, o início da reunião foi adiado por trinta minutos, iniciando-se a mesma, em segunda convocatória, pelas quinze horas.

---- A Assembleia foi regularmente convocada nos termos legais e estatutários, sendo os seguintes os pontos da ordem de trabalhos constantes da Convocatória enviada a todos os Associados e do Aviso publicado nos termos legalmente previstos: -----

Ponto Um: Designação de novos membros para preenchimento dos cargos vagos (remanescente do mandato em curso) do Conselho Fiscal (ponto da ordem de trabalhos que foi objeto de adiamento na Assembleia Geral Ordinária realizada em 5 de Junho de 2025); -----

Ponto Dois: Deliberação sobre o Programa de Acção e Proposta de Orçamento para o ano de 2026. -----

Ponto Três: Ratificação do valor da quota para o ano de 2026. -----

---- Na impossibilidade da presença na abertura da Assembleia Geral do 1.º Secretário da Mesa, Arq.º Paisagista Francisco Herédia Caldeira Cabral e da

2.^a Secretária da Mesa, Arq.^a Paisagista Helena Barros Gomes, por motivo de força maior, foram convidados a Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Arq.^a Paisagista Graça Saraiva e o Secretário da Direcção, Gonçalo Duarte Gomes, para desempenhar, na presente reunião, as funções de 1.^a Secretária e 2.^o Secretário da Mesa, respetivamente, conforme previsto no artigo 21.^o, n.º 2 alínea b) dos Estatutos. -----

---- À hora marcada para a segunda convocatória, encontravam-se presentes 45 membros, dos quais 36 participaram por videoconferência e 2 participaram, mas sem direito a voto. Entretanto, durante a realização da Assembleia, entraram mais 2 associados online, conforme Lista de Presenças organizada na presente Assembleia que fica arquivada na Pasta de Documentos de Apoio ao Livro de Actas da Assembleia Geral, pelo que a Assembleia se encontrava em condições de poder deliberar validamente, em segunda convocatória. -----

---- O Arq.^o Paisagista João Ceregeiro, presidindo à Mesa da Assembleia Geral, deu início aos trabalhos pelas 15h, constatando a conformidade da convocatória, bem como a disponibilização do *link* para o acesso remoto e a participação dos Associados por videoconferência.-----

---- Foi ainda solicitado a cada participante (presencial e online) a indicação do seu n.º de associado para registo de presença e verificação da regularidade da sua quotização e capacidade de exercício dos seus direitos de associado, nomeadamente a capacidade de voto nas deliberações a tomar. -----

---- O Arq.^o Paisagista Carlos Correia Dias, Presidente da Direcção, pede a palavra para, antes de entrar nos temas da ordem do dia, se dirigir aos associados para agradecer o empenho e entusiasmo mostrado com os temas da Associação expressos por vários associados nas comunicações nas últimas duas semanas. Afiança que esta Direcção tem um mandato completamente legal, que lhe foi assegurado na Assembleia Geral de Novembro de 2023 e com os atributos conferidos com a eleição de 2024. Agradece todos os comentários recebidos, mas informa que a Direcção entende que os comentários recebidos, de cerca de 20 associados, são alguns fantasiosos ou

não correspondem à verdade, e que a Direção entende que a associação não pode ser dirigida *ad hoc*. Assim sendo, solicita à Mesa da Assembleia a aprovação de uma moção de confiança à Direcção, sem a qual esta Direcção não se considera em condições para continuar o seu mandato. O Presidente da Mesa demonstra o seu total apoio à Direcção e à aprovação desta moção. -

---- O Arq.º Paisagista Henrique Tato Marinho opõe-se a esta votação e à sua discussão por não se encontrar na ordem dos trabalhos e o Presidente da Mesa rejeitou o pedido de voto de moção de confiança à Direcção. -----

---- Ainda antes de se dar início à discussão da ordem de trabalhos, a Arq^a Paisagista Margarida Cancela d'Abreu solicita que seja redigida uma acta da reunião da APAP de dia 8 de Novembro, que contenha a listagem dos participantes e quando entraram e saíram, e que sejam transcritas as intervenções pela ordem que ocorreram. Diz, ainda, que entende que é muito trabalho, mas que é assim, as reuniões online têm de ser transcritas. -----

---- Entrando na análise do **ponto um** da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia lembrou que este ponto da ordem de trabalhos já tinha sido discutido na assembleia geral ordinária de 5 de Junho. Na altura, o Senhor Provedor, Arq.º Paisagista Leonel Fadigas, suscitou algumas questões relativamente ao procedimento que estava a ser seguido pela APAP para proceder à designação dos novos membros para ocupar os cargos vagos do Conselho Fiscal, tendo o assunto ficado adiado para ser deliberado em nova Assembleia. -----

---- O Presidente da Mesa informou os Associados presentes que a Direcção da APAP solicitou um parecer jurídico relativamente a esta questão, que é a de saber qual o procedimento que a APAP deve seguir para fazer a substituição dos membros do Conselho Fiscal e preencher os dois cargos que ficaram vagos. Este parecer foi divulgado aos Associados com os restantes documentos objeto de apreciação nesta Assembleia. -----

---- Da análise deste parecer, resulta que o procedimento de substituição dos membros do Conselho Fiscal que a APAP estava a seguir é o procedimento correto e está em conformidade com os termos legais aplicáveis. Assim,

esclarecido que o procedimento de nomeação que a APAP estava a seguir está correto, retoma-se nesta Assembleia aquele ponto da ordem de trabalhos que ficou adiado na Assembleia de 5 de Junho, passando, de seguida à sua apreciação e deliberação. -----

---- Neste sentido, o Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento aos presentes que, na sequência das renúncias apresentadas pelo Presidente do Conselho Fiscal Arq.º Paisagista Carlos Manuel Ribas da Silva e pelo Vogal (efetivo) Arq.º Paisagista José Luís Veludo Vieira Pereira, os membros do Conselho Fiscal, em reunião realizada para o efeito, procederam a nova distribuição dos cargos e escolheram, entre todos os que estão nomeados, o Arq.º Paisagista Jorge Manuel Frazão Cancela (Vogal efetivo) para desempenhar as funções de Presidente do Conselho Fiscal até ao termo do mandato em curso (Biénio 2025/2026). -----

---- Por outro lado, tendo ocorrido a vacatura do cargo dos dois membros efetivos (Arq.º Paisagista José Luís Veludo Vieira Pereira, por ter renunciado e Arq.º Paisagista Jorge Manuel Frazão Cancela, por passar a desempenhar as funções de Presidente do Conselho Fiscal), foram aqueles cargos preenchidos pela Arq.^a Paisagista Rute Sousa Matos e pela Arq.^a Paisagista Sónia Maria Loução Martins Talhé Azambuja, respetivamente (que são os membros suplentes nomeados para o mandato em curso) e que passaram, assim, a substituir os dois membros efetivos até à data desta assembleia geral.

---- Estando previsto nos Estatutos da APAP que o Conselho Fiscal é constituído por cinco membros (um Presidente, dois vogais efetivos e dois suplentes), o Presidente da Mesa da Assembleia transmitiu que é necessário proceder ao preenchimento das vagas dos membros que faltam, através de nova nomeação para os cargos vagos. -----

---- O Presidente da Direção informa que após análise e breve discussão acerca dos Associados a nomear para ocupar os cargos dos membros do Conselho Fiscal que cessaram funções, propõe que fossem nomeados a Arq.^a Paisagista Sónia Maria Loução Martins Talhé Azambuja (que estava nomeada como membro suplente) e o Arq.º Paisagista Miguel Marques Pereira, para

ocupar os cargos de membros efetivos até ao termo do mandato em curso (Biénio 2025/2026). Foi igualmente proposta a nomeação da Arq.^a Paisagista Sílvia Aspera Furtado, para ocupar o cargo de membro suplente, mantendo-se a Arq.^a Paisagista Rute Sousa Matos no cargo de membro suplente (que já detinha), preenchendo-se assim todos os lugares que se encontram vagos até ao termo do mandato em curso (Biénio 2025/2026). -----

---- Submetida à aprovação da Assembleia a proposta de nomeação acima indicada, foi a mesma aprovada, tendo sido **deliberado por maioria dos presentes** nomear os membros acima indicados para ocupar os lugares vagos do Conselho Fiscal. -----

---- Consequentemente, em virtude da distribuição dos cargos efetuada pelos membros do Conselho Fiscal e da designação efetuada nesta Assembleia, o Conselho Fiscal passará a ter a seguinte composição: -----

Presidente: Jorge Manuel Frazão Cancela, titular do N.I.F. 117 314 617, residente na Rua Nóbrega e Sousa, n.º 3 - 6º C, 1750-440 Lisboa; -----

Vogal: Sónia Maria Loução Martins Talhé Azambuja, titular do N.I.F. 166271403, residente na Rua do Lago de Prata, 16, C5, 2605-299 Belas; -----

Vogal: Luís Miguel Marques Pereira, titular do N.I.F. 205690378, residente na Alameda dos Oceanos, 89-4 Dto, 1990-212 Lisboa; -----

Suplente: Rute Sousa Matos, titular do N.I.F. 186 757 166, residente na Rua António Galvão n.º 5, 7000-406 Évora; -----

Suplente: Sílvia Aspera Furtado, titular do N.I.F. 164044515, residente na Rua Padre João Baptista de Valles, 12-4º Esq, 9500-791 Ponta Delgada. -----

---- Passando, de seguida, à análise do **Ponto dois** da ordem de trabalhos, tomou a palavra o Presidente da Direção, Arqº Paisagista Carlos Correia Dias, para clarificar algumas questões relativas ao Programa de Acção propostos para o ano de 2026. Relativamente ao ponto Actualização digital da Associação: Actualização dos conteúdos e serviços da página web da APAP, que se encontra na secção da Gestão Corrente, informa que não está discriminado, mas que este se refere ao desenvolvimento da plataforma para gestão das candidaturas pela CAC, ao inquérito à profissão "Panorama",

solicitado no momento do pedido de Código de Qualificação - que pede encarecidamente que os associados preencham, lembrando a importância destes resultados e desta informação qualificada para o trabalho desta Direção pela defesa do trabalho da classe e melhoria das condições de trabalho dos arquitectos paisagistas, incluindo a reivindicação conjunta com os arquitectos por uma tabela salarial mais justa. Ainda no âmbito dos serviços da página web da APAP, informa que se terminou a fase de desenvolvimento do fórum "Confessionário". Aqui serão colocadas as comunicações institucionais oficiais da APAP, incluindo as comunicações relativas ao Dossier APAP/AO, que conta com uma pasta própria no fórum e já se encontra disponível para os associados. Assim sendo, solicita aos associados que contactaram a APAP nas últimas semanas a colocar lá os seus contributos para que os mesmos fiquem disponíveis para todos os associados. A Direção fará o mesmo com as comunicações emitidas. -----

---- O Presidente da Direção continua, ainda sobre o Programa de Ação, informando que em 2026 se fará a celebração do cinquentenário da APAP, assim como, na tentativa de recuperar o atraso, a celebração do centenário e homenagem aos nossos colegas fundadores Manuel Azevedo Coutinho e Edgar Sampaio Fontes. Adicionalmente, será realizado o Programa Erasmus+, que foi uma candidatura europeia conjunta com a IFLA Europa e a associação espanhola AEP. -----

---- Toma a palavra o Arq.º Paisagista Jorge Abelho para opinar que, embora não estivesse explícito na convocatória, ao constar do Programa de Acção, considera que se poderia avançar com o voto de confiança à Direcção para seguir com os trabalhos com a OA. -----

---- Na sequência, o Senhor Provedor, Arq.º Paisagista Leonel Fadigas concorda com a posição de Jorge Abelho de que se podem discutir assuntos relacionados com a entrada na Ordem dos Arquitectos, por ser um ponto do Programa de Acção, não cabendo, no entanto, lugar a votação do voto de confiança. -----

---- A Arq^a Paisagista Margarida Cancela d'Abreu informa que antes de proceder a qualquer votação, pretende pedir esclarecimentos sobre o Programa de Acção, especificamente sobre os contactos com a Ordem: como vão ser feitos, com quem, quem é o apoio jurídico e como é que a Direcção faz tenções de prosseguir. -----

---- Carlos Correia Dias informa que, por um lado, se está a trabalhar com o gabinete Galvão e Sacoto, que dá apoio jurídico à APAP, e com o gabinete JP Aguiar Branco, que está a trabalhar com a Ordem dos Arquitectos. Informa, ainda que, não tendo ainda orçamentos definitivos, o valor que está na Proposta de Orçamento é previsional, referindo que como mencionado por diversas vezes, o único que foi assinado até ao momento são o modelo de inserção na Ordem e a representatividade de arquitectos paisagistas nesses lugares da estrutura obrigatória da Lei das Ordens. Relativamente aos intervenientes, informa que, tal como foi descrito no documento enviado no dia anterior e na cronologia que disponível no site, quem começou os trabalhos em 2024 foram o João Ceregeiro, ele próprio e a Paula Simões em algumas acções e a partir de 2025, além destes três, também o Gonçalo Duarte Gomes e todos da Direcção. Adicionalmente, em paralelo, o João Ceregeiro trabalhou com o José Veludo e com o Carlos Ribas em questões ligadas aos actos de Projecto. E ele, Carlos Correia Dias, trabalhou com o Jorge Cancela e com a Fátima Bacharel em actos ligados ao Ordenamento. Ainda em relação aos actos, sublinha que a questão da definição do que integra o Projecto de Arquitectura Paisagista e o que integra o Projecto de Arranjos Exteriores, a intenção foi, justamente, assumir de uma vez por todas que há actos que são próprios dos arquitectos paisagistas, que não estão negociados. Para finalizar refere a criação de equipas para trabalhar e assessorar a Direcção nestes dossiers, para poder haver trocas de opiniões. -----

---- Em resposta, a Arq^a Paisagista Margarida Cancela d'Abreu afirma a sua forte discordância com a votação e aprovação do Programa de Acção sem esta ser precedida de uma Assembleia Geral Extraordinária em Dezembro e em Lisboa, ou lugar onde possam aceder presencialmente o maior número de



associados, para debater unicamente o futuro da APAP e a eventual fusão com a Ordem dos Arquitectos. -----

---- O Presidente da Mesa João Ceregeiro aceitando que haja reservas sobre este procedimento, registou o pedido de realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, que aceita, mas que a marcação terá de vir da Direcção, assim como a definição dos termos da organização, data e localização da mesma. --

---- A Arq.^a Paisagista Teresa Andresen toma a palavra para dizer que leu o Programa de Acção e o Orçamento com muita atenção, que considera o primeiro muito ambicioso e que ambos beneficiariam de uma clarificação das prioridades. Também julga que deve ser considerada uma estratégia de comunicação aos associados, já que a Newsletter é lançada mensalmente, mas é muito comprida e tem muita informação, o que dificulta a leitura total. Relativamente ao ponto da negociação com a Ordem, recorda que é um processo que dura há vários anos, que deve ser seguido com cuidado e que se deve tomar o tempo para informar, mas também e mais importante, ouvir os associados. Finalmente, termina a sua intervenção com um apelo para a APAP dar mais consideração aos associados mais jovens e ir ao encontro das suas necessidades. -----

---- O Presidente da Mesa, João Ceregeiro, passa a palavra ao Presidente da Direcção, Carlos Correia Dias, que agradece as intervenções e informa que a Direcção está muito empenhada e preocupada com o futuro dos colegas mais novos e que esta preocupação esteve evidente nas negociações e está espelhada na proposta de integração na Ordem profissional. -----

---- Passando a palavra à Arq.^a Paisagista Manuela Magalhães, esta confirma a sua concordância com a posição do Senhor Provedor que não se pode votar uma moção de confiança por não estar na ordem do dia e com a posição da Margarida de que é necessária uma Assembleia unicamente para discutir o assunto da integração na OA. -----

---- O Arq.^o Paisagista Henrique Tato Marinho, presente de forma remota, pede que a sua intervenção conste em acta e deixa constância no chat da reunião para se incluir a sua declaração de voto, informando que “Não aprovo no Ponto



2 "Deliberação sobre o Programa de Acção e Proposta de Orçamento para o ano de 2026" a "inclusão dos arquitectos paisagistas na Ordem dos Arquitectos" mas sim continuar o diálogo com a Ordem dos Arquitectos, nomeadamente organizar um evento tipo Workshop OA-APAP aberto aos associados das duas entidades." -----

---- O Arqº Paisagista José Veludo reforça o que foi dito anteriormente em relação à integração na OA: não há que ter pressa com o processo, deve haver uma Assembleia Geral para discutir o tema e com a participação de advogados e juristas. E que se deve usar como referência a prática noutros países europeus, como na Alemanha, onde os arquitectos paisagistas estão integrados em Ordens com os arquitectos para perceber se este é um caminho possível. Adicionalmente também concorda que se deve dar mais atenção à captação dos mais novos, pedindo que se partilhem ideias, já que todas as tentativas anteriores falharam. -----

---- O Arqº Paisagista Leonel Fadigas recorda que a APAP não tem a legitimidade jurídica, como um órgão que regule e defenda a actividade profissional dos arquitectos paisagistas e, como tal, a integração na OA tem que ser vista como a possibilidade de garantir e reforçar a defesa dos interesses profissionais dos arquitectos paisagistas, na definição das suas áreas de competência própria, e, inclusivamente, salvaguardar o futuro dos jovens que estão a entrar na profissão, garantindo um instrumento jurídico forte, reconhecido e com legitimidade, de defesa da actividade e da criação de condições de exercício profissional digno e qualificado. -----

---- Em seguida, a Arqª Paisagista Laura Roldão Costa concorda e subscreve a ideia da Assembleia Geral Extraordinária para debate da integração na OA, a qual deve integrar, sem dúvida, o tema do ensino. -----

---- Finalizando as intervenções, a Arqª Paisagista Teresa Alfaiate lamenta ter chegado tarde à Assembleia e embora tenha recebido o comunicado enviado pela Direcção no dia anterior com um ponto da situação das negociações com a Ordem, queria reforçar o pedido de alargamento da discussão e sublinha a importância de a APAP não se precipitar em tomar decisões relativamente aos

passos sequenciais. Diz, ainda, que não lhe ficou claro na comunicação recebida quais terão sido, até à data, os compromissos já tomados com a Ordem dos Arquitectos, em particular, se a questão da designação já é um assunto consolidado, ou se ainda está aberta a discussão. -----

---- Carlos Correia Dias responde que a questão do nome está bem plasmada no comunicado, que é uma designação de trabalho e que ainda não está definida. Pede, ainda, à Mesa para deixar estes temas que ainda têm de se discutir e acabar de votar o Programa e o Orçamento. -----

---- Paula Farrajota, Tesoureira da Direcção, toma a palavra para apresentar o Orçamento Proposto para 2026, indicando que a proposta apresentada é uma projecção feita com base nos dados até Setembro de 2025, incluindo, como receitas, a realização de possíveis Acções de Formação, a venda de publicações, a prestação de serviços ao Município de Lisboa, sem contabilizar a actualização de quota a ser aprovada no Ponto seguinte desta Assembleia. Em relação às despesas previstas, a diferença em relação aos anos anteriores são o apoio jurídico à formação da Ordem, as despesas com o programa Erasmus+, as comemorações do cinquentenário e dos centenários atrasados, suporte novas edições, a publicação implementação da aplicação digital da tradução e actualização da Norma de Granada à realidade portuguesa, alguma uma verba para outro tipo de eventos, que possam ocorrer, como traduções, tipografia, publicidade, etc. Adicionalmente, são identificadas despesas fixas que contam com pouca flutuação de valores de ano para ano, como os custos de utilização da sede, softwares e deslocações, entre outras. Como despesas adicionais contabilizou-se uma actualização salarial às funcionárias e o aumento da despesa da IFLA, que tem ocorrido anualmente de forma progressiva. A Tesoureira Paula Farrajota finaliza a apresentação do orçamento provisional informando que a previsão que a Direcção aponta para um saldo positivo de 3 mil a 4 mil euros para 2026. -----

---- Não havendo mais comentários relativos ao Plano de Acção e Orçamento propostos para 2026, João Cerejeiro dá início à votação, tendo sido votado e



aprovado por maioria, com um voto contra, o Ponto 2: Deliberação sobre o Programa de Acção e Proposta de Orçamento para o ano de 2026. -----

---- Tendo o seu pedido de palavra sido adiado momentaneamente por ter ocorrido já no decorrer da votação, toma então a palavra o associado João Oliveira, presente de forma remota, começando por pedir que fique anotado que não pediu a palavra antes para não interromper os outros colegas e continuando para contestar a discussão da temática da Ordem dos Arquitectos por este não ser um ponto de discussão especificamente identificado na Ordem de Trabalhos da convocatória a Assembleia-Geral enviada aos associados, não tendo, os mesmos, forma de saber que se iria discutir este tema. -----

---- O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, João Ceregeiro, passou ao **Ponto três**, recordando que na Assembleia-Geral de 27 de Abril de 2023 foi aprovada a fórmula de actualização da quota, sendo que resulta da Taxa de Variação Média Anual do Índice de Preços ao Consumidor publicado pelo Instituto Nacional de Estatísticas no ano transacto, arredondado para os 5 € superiores. O IPC em 2024 foi de 2.4, sendo o valor proposto para a quota de 2026 de 130€. -----

---- Foi votado e **aprovado por maioria o Ponto 3:** Ratificação do valor da quota de 2026. -----

---- O Provedor da APAP, Leonel Fadigas, propõe conferir um voto de confiança aos membros da Mesa da Assembleia para elaborar a ata da presente reunião, proposta que foi aprovada por maioria dos presentes. -----

---- O Presidente da Direcção Carlos Correia Dias informa o Presidente da Mesa que a associada Verónica Mota pede a palavra, e esta solicita que se proceda à votação do interesse dos presentes na realização de uma Assembleia-Geral com Ponto Único sobre a Ordem. A solicitação é negada pelo Presidente da Mesa, indicando que, tal como discutido previamente nesta Assembleia, a Assembleia-Geral com Ponto Único será organizada e convocada a pedido da Direcção, como definido nos Estatutos da Associação. -----

---- O associado João Oliveira informa que não participou da votação do voto de confiança à Mesa por não entender de que se trata o voto, tendo o procedimento sido explicado pelo Provedor Leonel Fadigas. -----

---- Pelas dezassete horas e cinquenta e três minutos, não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião da Assembleia Geral, dela se lavrando a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois Secretários presentes em sinal de concordância com o seu teor. -----

(Arq.º Paisagista João Ceregeiro)

(Arq.ª Paisagista Graça Saraiva)

(Arq.º Paisagista Gonçalo Duarte Gomes)